



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

LEI N.º 1.551/2015.

Institui o Programa de Incentivo à Arrecadação, autoriza aquisição de prêmios para sorteio de cupons fiscais, através da campanha **Nota Premiada**, abertura de crédito especial e, dá outras providências.

ZULMAR CURZEL, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, em exercício, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Municipal de Incentivo à Arrecadação para o Ano 2015, que será realizado através da campanha "**Nota Premiada**".

Parágrafo único: O programa de que trata o "*caput*" deste artigo tem por objetivo, otimizar e contribuir para o aumento da arrecadação tributária própria do nosso município, em especial do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e aumentar o índice de participação do município no produto da arrecadação do ICMS.

Art. 2º - Para efetuar o programa, fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas com a compra dos prêmios que serão distribuídos em **09 (nove) sorteios**, devendo os mesmos ocorrer nas datas de **27.03.2015** (vinte e sete de março de dois mil e quinze), **30.04.2015** (trinta de abril de dois mil e quinze), **29.05.2015** (vinte e nove de maio de dois mil e quinze), **26.06.2015** (vinte e seis de junho de dois mil e quinze), **31.07.2015** (trinta e um de julho de dois mil e quinze), **28.08.2015** (vinte e oito de agosto de dois mil e quinze), **30.09.2015** (trinta de setembro de dois mil e quinze), **30.10.2015** (trinta de outubro de dois mil e quinze) e **27.11.2015** (vinte e sete de novembro de dois mil e quinze).

Art. 3º - Participarão dos sorteios os consumidores que adquirirem produtos ou utilizarem serviços no município de Juína-MT, que preencherem



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

devidamente os cupons recebidos mediante a apresentação das notas fiscais e cupons fiscais e notas de produtor.

Paragrafo Único - Serão consideradas as notas fiscais, cupons fiscais ou outros documentos fiscais autorizadas pela Receita Estadual (ICMS), notas fiscais de prestação de serviços autorizadas pela Fiscalização Municipal (ISSQN).

Art. 4º - Para obtenção do cupom para participar do sorteio será exigido a apresentação de:

I - cupons fiscais (tickets de compras) de máquinas registradoras, autorizadas pela fiscalização do ICMS, ou Notas Fiscais emitidas a partir de 1º de março de 2015, todas oriundas do comércio, indústria e prestadores de serviços do Município de Juína-MT, exceto notas fiscais de pessoa jurídica para pessoa jurídica.

II - comprovantes de vendas efetuadas pelo setor primário de nosso município, emitidos a partir de 1º de março de 2015;

Parágrafo 1º – A exceção de que trata o inciso I, não se aplica as notas fiscais de prestação de serviços de pessoa jurídica para pessoa jurídica.

Parágrafo 2º - Não darão direito a cupom as transações ocorridas entre produtores rurais do município de Juína-MT.

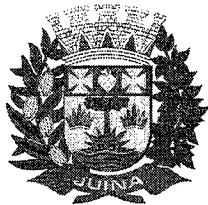
Art. 5º - Os comprovantes de vendas mencionados no inciso I do artigo 4º da presente Lei serão carimbados, para os fins da campanha, e imediatamente devolvidos.

Art. 6º - Será fornecido cupom/cautela a quem de direito, conforme citado no artigo 3º e 4º da presente Lei, ao consumidor/fornecedor.

Parágrafo Primeiro - O consumidor que apresentar notas fiscais, cupons fiscais ou outros documentos fiscais autorizadas pela Receita Estadual, em relação ao ICMS terão direito a uma cautela para cada nota ou soma de Notas que ultrapassar R\$ 100,00 (cem reais) e seus múltiplos.

Parágrafo Segundo - O consumidor que apresentar notas fiscais de prestação de serviços, ou outros documentos fiscais autorizadas pela Fiscalização Municipal, relativos ao ISSQN, cadastrados no município de Juína-MT, terão direito a

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

uma cautela para cada nota ou soma de Notas que ultrapassar R\$ 20,00 (vinte reais) e seus múltiplos.

Parágrafo Terceiro – Serão consideradas as notas fiscais do produtor rural inscrito no município de Juína-MT, referentes à venda de produtos agrícolas, para empresas, produtores rurais de outros municípios ou consumidores finais, que terão direito a uma cautela por cada Nota Fiscal ou soma de Notas que ultrapassar R\$ 20,00 (vinte reais) e seus múltiplos.

Parágrafo Quarto - Os cupons não contemplados nas datas dos sorteios de que trata o artigo 2º da presente Lei concorrerão em todos os demais sorteios, sendo que o direito aos prêmios prescreve em 30 (trinta) dias, contados da data do respectivo sorteio.

Parágrafo Quinto – As cautelas serão depositadas em urnas próprias, sendo uma urna exclusiva para as cautelas relativas ao ISSQN e Notas Fiscais de produtor rural e outra exclusiva para as cautelas relativas ao ICMS.

Art. 7º - Os sorteios ocorrerão em: **27.03.2015** (vinte e sete de março de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **30.04.2015** (trinta de abril de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **29.05.2015** (vinte e nove de maio de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **26.06.2015** (vinte e seis de junho de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **31.07.2015** (trinta e um de julho de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **28.08.2015** (vinte e oito de agosto de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **30.09.2015** (trinta de setembro de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **30.10.2015** (trinta de outubro de dois mil e quinze), **no átrio do prédio da Prefeitura Municipal de Juína**, situado na Travessa Emmanuel, nº. 605, centro na cidade Juína-MT; **27.11.2015** (vinte e sete de novembro de dois mil e quinze), **na Praça da Bíblia**, centro, centro na cidade Juína-MT;

Parágrafo Primeiro – No momento de cada sorteio, que ocorrerá em horário certo, nos locais especificados no *caput* deste artigo, amplamente divulgados com antecedência por meio eletrônico, imprensa escrita e falada e cartazes, deverão estar presentes, além do Prefeito Municipal ou seu representante, Representantes



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

da Câmara de Vereadores, Secretários Municipais, três representantes da sociedade civil organizada e público em geral.

Parágrafo Segundo – A Comissão que acompanhará e fiscalizará o sorteio será definida por regulamento.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, autorizado a Abrir Crédito Especial na Lei Municipal n.º 1.542/14 de 17 de Dezembro de 2014 que trata do Orçamento Programa do Município de Juína para o Exercício de 2015, conforme relacionado abaixo:

Órgão: 04	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária 04.120	Dpto de Administração Tributária
Função: 04	Administração
Sub Função: 129	Administração de Receitas
Programa: 0005	Administração Tributária e Financeira
Projeto/Atividade: 1.402	Nota Fiscal Premiada
Elemento Despesa:	Material Distribuição Gratuita..... R\$
33.90.32.00	194.000,00

Art. 9º - Os recursos para cobertura do Crédito Especial do artigo anterior, mediante utilização de recursos provenientes de:

I – anulação parcial ou total de dotações;

II – incorporação de **superávit** e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço;

III – excesso de arrecadação em bases constantes; e,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

IV – transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de uma mesma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso **VI**, do art. **167**, da Constituição Federal.

Art. 10 - Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 11 - A premiação será efetuada, para os consumidores em suas duas modalidades e para os vendedores dos bens/serviços, também destas modalidades.

Parágrafo Primeiro - Os prêmios aos consumidores e para os vendedores dos bens/serviços serão sorteados em nove momentos, conforme descrito no artigo 7º da presente Lei.

Parágrafo Segundo - A premiação será procedida da seguinte forma: 27.03.2015 (vinte e sete de março de dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 30.04.2015 (trinta de abril de dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 29.05.2015 (vinte e nove de maio de dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 26.06.2015 (vinte e seis de junho de dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 31.07.2015 (trinta e um de julho de dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 28.08.2015 (vinte e oito de agosto de



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER EXECUTIVO

dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 30.09.2015 (trinta de setembro de dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 30.10.2015 (trinta de outubro de dois mil e quinze), 01 (uma) motocicleta para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) televisão de quarenta e duas polegadas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS; 27.11.2015 (vinte e sete de novembro de dois mil e quinze), 01 (uma) camionete para o sorteio relativo as cautelas do ISSQN, 01 (uma) motocicletas para o sorteio relativo as cautelas do ICMS, uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor/prestador de serviços relativo ao ISSQN e uma televisão de trinta e duas polegadas para o vendedor relativo ao ICMS;

Parágrafo Terceiro - As marcas e qualificações dos bens indicados no parágrafo segundo deste artigo serão informadas por meio da campanha à população, após o procedimento licitatório de cada item.

Art. 12 - Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no que couber, visando melhor aplicação da mesma, bem como por regulamento próprio da campanha.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, 13 de janeiro de 2015.


ZULMAR CURZEL

Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 1.551/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar
Termo de Parceria com OSCIP – por intermédio da
Secretaria Municipal de Saúde e dá outras
providências.

ZULMAR CURZEL, Prefeito Municipal em Exercício de Juína,
Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal decreta e
eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de
Parceria com as entidades denominadas OSCIP - Organizações da
Sociedade Civil de Interesse Público, por intermédio da Secretaria
Municipal de Saúde, na forma da minuta anexa, que é parte integrante
desta Lei.

Artigo 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das
dotações orçamentárias a serem definidas individualmente por
programa selecionado a ser pactuado.

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, **30 de Janeiro de 2015.**

ZULMAR CURZEL

Prefeito Municipal em Exercício

MINUTA DE TERMO DE PARCERIA – OCISP

TERMO DE PARCERIA N° _____ / _____

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E A

O MUNICÍPIO DE JUÍNA -MT, por intermédio da Secretaria
Municipal de Saúde (ou órgão da Administração Indireta), neste ato
representado pelo Secretário Municipal de Saúde (titular da Secretaria
ou da Administração Direta ou Indireta), _____ (nome e
qualificação) doravante denominada PARCEIRA PÚBLICA, e a
_____ (entidade), doravante denominada OSCIP, pessoa
jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n°
_____, qualificada como Organização da Sociedade Civil de
Interesse Público, conforme consta do Processo do Ministério da
Justiça n° _____ e do Despacho da Secretaria Nacional de
Justiça, de _____, publicado no Diário Oficial da União de

_____, sediada na Rua _____, no Bairro _____, _____ - MT, CEP _____, neste ato representada, na forma de seu estatuto, por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____ com fundamento na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, à luz do Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999, com base na Lei Municipal nº _____ e no despacho prolatado no processo administrativo nº _____, resolvem firmar o presente TERMO DE PARCERIA, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE PARCERIA tem por objeto o _____, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as PARCEIRAS e que deverá ter as seguintes características:

I -

II -

III -

1.1 - O Programa de Trabalho poderá ser revisto de comum acordo entre as PARCEIRAS, por meio de:

I - registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que não acarretem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta;

II - celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que impliquem alteração dos valores definidos na referida Cláusula Quarta deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROGRAMA DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

O detalhamento dos objetivos do Projeto ora pactuado consta do projeto técnico constante do Programa de Trabalho proposto pela OSCIP e aprovado pela PARCEIRA PÚBLICA, conforme processo administrativo nº _____ que integra este TERMO DE PARCERIA, independentemente de transcrição.

2.1 - As metas a serem atingidas e o cronograma de execução do Projeto ficam estabelecidas, de comum acordo, na seguinte conformidade: 1.; 2.; 3.; 4.; 5.; Prazo de execução: durante o prazo de vigência da parceria.

2.2 - As PARCEIRAS acordam em estabelecer os seguintes critérios de avaliação de desempenho, com os respectivos indicadores de resultados:

METAS CRITÉRIOS INDICADORES 1 – 2 - 3 –

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Constituem responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste TERMO DE PARCERIA:

I - da OSCIP

a) executar com fidelidade o Programa de Trabalho aprovado pela PARCEIRA PÚBLICA, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando o aprimoramento constante da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

b) observar, no curso da execução de suas atividades, as orientações emanadas pela PARCEIRA PÚBLICA, elaboradas com base no

acompanhamento e supervisão, nos termos da Lei Municipal

- c) responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos empregados na execução do objeto deste TERMO DE PARCERIA, inclusive os eventualmente decorrentes do ajuizamento de demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários, devidos em função do presente ajuste, excluía qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da PARCEIRA PÚBLICA;
- d) promover, até 60 dias após o término de vigência do presente ajuste, a publicação no jornal em que são feitas as publicações oficiais do Município, do extrato de relatório de execução física e financeira do Termo de Parceria, nos moldes do Anexo II do Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
- e) movimentar os recursos financeiros objeto deste TERMO DE PARCERIA, em conta bancária específica, junto ao Banco, agência

II – DA PARCEIRA PÚBLICA

- a) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste TERMO DE PARCERIA, através da Comissão de Avaliação, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado e com a legislação vigente;
- b) repassar os recursos financeiros a OSCIP nos termos estabelecidos na Cláusula Quarta;
- c) publicar, no jornal em que são feitas as publicações oficiais do Município, extrato deste TERMO DE PARCERIA e de seus eventuais Termos Aditivos ou Apostilamentos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura, na forma do Anexo I do Decreto Federal nº 3.100, de 1999;
- d) no âmbito de suas específicas atribuições, prestar o apoio necessário à OSCIP, com vistas ao integral aperfeiçoamento do objeto avençado neste TERMO DE PARCERIA.

3.1 - Será responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, o representante da OSCIP, Sr. _____, Cargo _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, cujo nome também constará do extrato deste TERMO DE PARCERIA a ser publicado pela PARCEIRA PÚBLICA, de acordo com o Anexo I do Decreto Federal nº 3.100, de 1999.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a consecução do objeto e o cumprimento das metas estabelecidas neste TERMO DE PARCERIA, a PARCEIRA PÚBLICA estimou o valor global de R\$ _____ (reais), a ser repassado a OSCIP, de acordo com o seguinte cronograma de desembolso.

VALOR DATA CONDIÇÕES Parcelas Mensais no importe de R\$

4.1 - A PARCEIRA PÚBLICA, no processo de acompanhamento e supervisão deste TERMO DE PARCERIA, poderá recomendar a modificação de valores e a revisão das metas e a alteração do valor global pactuado, desde que devidamente justificada a medida e aceita pelas PARCEIRAS, de comum acordo, devendo, nesses casos, serem celebrados Termos Aditivos.

4.2 - Os recursos repassados pela PARCEIRA PÚBLICA à OSCIP, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em

caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, devendo os resultados dessa aplicação ser demonstrados e revertidos exclusivamente à execução do objeto deste TERMO DE PARCERIA.

4.3 - As despesas decorrentes da execução deste TERMO DE PARCERIA correrão à conta do orçamento vigente na dotação orçamentária _____ e as despesas relativas a exercícios futuros correrão à conta dos respectivos orçamentos, devendo os créditos e empenhos ser indicados por meio de:

I - registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar apenas da indicação da dotação orçamentária para o novo exercício, mantida a programação anteriormente aprovada;

II - celebração de Termo Aditivo, quando houver alteração dos valores globais definidos no caput desta Cláusula.

4.4 - A liberação de recursos das parcelas subsequentes ficará condicionada à comprovação das metas para o período correspondente à parcela anterior, mediante apresentação dos documentos constantes do inciso I, do art. 15 da Lei Municipal nº 9.135, de 3 de julho de 2009.

CLÁUSULA QUINTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSCIP elaborará e apresentará, por força deste TERMO DE PARCERIA, à PARCEIRA PÚBLICA a prestação de contas, nos termos do CAPÍTULO IV da Lei Municipal nº 9.135, de 3 de julho de 2009, bem como, até sessenta dias após o seu término, ou ainda, a qualquer tempo, por solicitação da PARCEIRA PÚBLICA.

5.1 - Atendidos os arts. _____ da Lei Municipal nº _____, a OSCIP deverá entregar à PARCEIRA PÚBLICA a prestação de contas instruída com os seguintes documentos:

I - relatório sobre a execução do objeto do TERMO DE PARCERIA, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e das despesas realizadas na execução do objeto, que tenham por base os recursos públicos, bem como, em sendo o caso e após a devida autorização da PARCEIRA PÚBLICA, demonstrativo de igual teor dos recursos da própria OSCIP, assinados, em qualquer hipótese, pelo contador e pelo responsável da OSCIP, indicado na Cláusula Terceira, item 3.1;

III - certidões negativas de débitos junto ao INSS, Fazenda Municipal, Justiça do Trabalho e ao FGTS;

IV - parecer e relatório de auditoria independente, contratada para exame contábil e pericial da aplicação dos recursos públicos repassados;

V - extrato da execução física e financeira publicado no jornal em que são feitas as publicações oficiais do Município, na forma do Anexo II do Decreto Federal nº 3.100, de 1999;

5.2 - Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes dos demonstrativos de que trata o item 5.1 deverão ser arquivados na sede da OSCIP, pelo prazo de dez anos.

5.3 - Os responsáveis pela fiscalização deste TERMO DE PARCERIA, ao tomarem conhecimento de eventual irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública, por parte da OSCIP, deverão dar imediata ciência ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária, consoante o disposto no artigo 12 da Lei Federal nº 9.790, de 1999 e no art. 14 da Lei Municipal nº 9.135, de 3 de julho de 2009.

CLÁUSULA SEXTA - DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução deste TERMO DE PARCERIA deverão ser analisados por uma Comissão de Avaliação, que emitirá bimestralmente, relatório comparativo e conclusivo, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho estabelecidos na Cláusula Segunda deste instrumento, e encaminhados ao _____ (Secretário Municipal ou órgão da Administração Direta ou Indireta), nos termos do art. 13 da Lei Municipal nº 9.135, de 3 de julho de 2009.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente TERMO DE PARCERIA vigorará por doze meses, a partir da data de sua assinatura.

7.1 - Findo o prazo de vigência e havendo adimplemento do objeto, bem como excedentes financeiros disponíveis repassados a OSCIP, a PARCEIRA PÚBLICA poderá, com base em indicação da Comissão de Avaliação e na apresentação pela OSCIP de Programa de Trabalho de caráter suplementar, prorrogar este TERMO DE PARCERIA, por mais 12 meses, até o máximo de 60 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente TERMO DE PARCERIA poderá vir a ser rescindido pela PARCEIRA PÚBLICA se assim recomendar o interesse público ou se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas ora pactuadas, ou, finalmente, se a OSCIP perder, por qualquer razão, a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

8.1 - O presente TERMO DE PARCERIA poderá também ser resolvido, por acordo entre as PARCEIRAS, independentemente das demais medidas cabíveis, relativas a prestação de contas e reversão de bens e saldos financeiros.

CLÁUSULA NONA DA MODIFICAÇÃO

Este TERMO DE PARCERIA poderá ser modificado, de comum acordo entre as PARCEIRAS, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por simples apostila ou Termo Aditivo, desde que o interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de JUÍNA - MT para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as PARCEIRAS a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam as PARCEIRAS o presente TERMO DE PARCERIA em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Juína - MT,.....de.....2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (ou Administração Direta
ou Indireta).

ENTIDADE

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Endereço: _____

CPF: _____

Nome: _____

Endereço: _____

CPF: _____

Publicado por:

Nader Thomé Neto

Código Identificador:D5920329

Matéria publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia
24/02/2015. Edição 2171

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o
código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/>